

CLIPPING IMPRESSO

29/03/2022



INDICE

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL O DEBATE.....	1
2. CNJ	
2.1. JORNAL O PROGRESSO.....	2 - 5
3. CONVÊNIOS	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	6
4. DESEMBARGADOR	
4.1. JORNAL O DEBATE.....	7 - 9
4.2. JORNAL PEQUENO.....	10
5. ESMAM	
5.1. JORNAL O PROGRESSO.....	11 - 12
6. SERVIDOR PÚBLICO	
6.1. JORNAL O DEBATE.....	13

ATENDIMENTO

Defensoria retoma atendimento na comunidade levando direitos à população de bairros carentes da Grande São Luís

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) voltou a atender na comunidade com o suporte da unidade móvel da instituição. O retorno aconteceu neste fim de semana, em dois pontos diferentes: Vila Flamengo, em São José de Ribamar, e na Vila Embratel, na área Itaquí-Bacanga. Nas duas ações sociais, a instituição atuou em parceria com a Prefeitura de São José de Ribamar e com o Tribunal de Justiça do Maranhão, respectivamente. Foram dezenas de atendimentos em uma manhã de muitos direitos garantidos e vidas transformadas.

“Por causa da pandemia e da consequente necessidade de mantermos o distanciamento social, foi necessário paralisar as atividades do nosso ônibus na comunidade. Agora, com a queda no número de internações e mortes pela Covid-19, já nos sentimos mais seguros para retornar, mas ainda mantendo os cuidados quanto ao uso de



máscaras e higienização das mãos com o álcool em gel”, afirmou o defensor-geral Alberto Bastos.

Na ação social realizada sábado último, na Vila Flamengo, em Ribamar, a Defensoria uniu forças com a Prefeitura Municipal na 1ª Caravana da Juventude Ribamarense. O trabalho

realizado por defensores públicos e equipe contou com o suporte do ônibus-escritório, unidade móvel que leva ações do projeto Defensoria na Comunidade a conglomerados habitacionais da capital e interior do estado desde junho de 2018.

Coordenador do Núcleo da Defensoria, em São José

de Ribamar, Éviton Rocha, representou a instituição durante a abertura do evento, no Viva Vila. “É uma satisfação participar desse evento voltado à juventude, onde tivemos a oportunidade de apresentar os nossos serviços e conversar sobre o nosso papel na promoção dos direitos humanos”, ressaltou.

Cidade

■ *Página. 6*



**Corregedor anuncia ampliação
do Fórum MATOPIBA-MG
para âmbito nacional**

Corregedor anuncia ampliação do Fórum MATOPIBA-MG para âmbito nacional

E a consequência, não tenho dúvida, será o engrandecimento do Poder Judiciário”, concluiu o presidente do fórum.

O desembargador Paulo Velten, corregedor-geral da Justiça do Maranhão, fez um pronunciamento na abertura da Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça da Região do MATOPIBA-MG, do qual é presidente, nesta quinta-feira, 25, em Belo Horizonte (MG), no auditório da AMAGIS – Associação dos Magistrados de Minas Gerais.

O evento reuniu magistrados representantes das corregedorias dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e Minas Gerais em torno da discussão e formulação de propostas e ações estratégicas para o desenvolvimento de políticas de regularização fundiária nos estados membros.

Paulo Velten anunciou que o Colégio de Corregedores-Gerais da Justiça, realizado em São Luís (MA), aprovou proposta do desembargador Caetano Levi, diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura, de ampliação do fórum regional, criado em Teresina (PI), em 2018, para o âmbito nacional, estendendo sua atuação junto aos demais estados



brasileiros.

“A partir do próximo encontro, seremos um fórum nacional, que envolverá todas as Corregedorias-Gerais da Justiça brasileira, o que demonstra que o Poder Judiciário já incorporou essa política em sua atividade diária”, noticiou.

DESJUDICIALIZAÇÃO DOS LITÍGIOS E PAZ SOCIAL

“A regularização fundiária entrou, de vez, na pauta do Poder Judiciário”, disse Velten, lembrando a edição da Emenda Constitucional, nº 45, de reforma e modernização do Poder Judiciário, que nasceu de um pacto republicano por um Poder Judiciário mais rápido e eficaz, e considera um processo permanentemente em construção.

O corregedor ressaltou que a Reforma do Poder Judiciário atua em quatro eixos – gestão, processo judicial eletrônico, reforma infraconstitucional, e a desjudicialização dos litígios – e que a regularização fundiária tem importância fundamental nesse último, e precisa ser liderada pelo Judiciário, no âmbito dos cartórios.

Judiciário e parceiros oferecem acesso a documentos básicos e serviços de saúde em Ribamar

Por meio de parceria entre Poder Judiciário, Governo do Estado e Prefeitura de São José de Ribamar, foi iniciado, nesta quinta-feira, 28, um mutirão para emissão de documentação básica e acesso a serviços de saúde às crianças de 0 a 12 anos de idade, que moram em comunidades de Bom Jardim, Juçatuba, Santa Maria e Guara-piranga, situadas na zona rural ribamarense.

Durante o mutirão - dias 28 e 29 de março - estão sendo oferecidos à população dessas comunidades serviços de Registro Civil tardio; Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico); documentos de



identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e ações de saúde, como aferição de pressão arterial, índice de glicemia e vacinação.

Participaram da abertura do mutirão o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten; o juiz Márcio Brandão, auxiliar da Corregedoria; o se-

cretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves; a secretária municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, Gilvana Duailibe; o Registrador do cartório do 2º Ofício de Ribamar, Márcio Weba e Josimar Cunha, líder comunitário.

Moradores da região aproveitaram fazer o registro tardio dos filhos pequenos que ainda não possuem a Certidão de Nascimento. Um deles, Pedro Henrique Gomes, de apenas seis meses de idade, filho de Cilene Sousa Santos, nasceu durante a pandemia, em 19 de setembro de 2021, mas foi registrado pela mãe durante o mutirão.

Deputado federal Rubens Pereira Jr se filia ao PT nesta segunda-feira



O deputado federal Rubens Pereira Jr. se filia ao Partido dos Trabalhadores (PT), nesta segunda-feira (28), a partir das 19h, na Casa de Eventos Palazzo, no Araçagy.

Participam do evento, o governador Flávio Dino, o vice-governador Carlos Brandão, deputados federais, estaduais e demais lideranças políticas do Maranhão.

Em evento de filiação do vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão, ao PSB, em Brasília, na última semana, Rubens publicou em suas redes sociais o convite feito pelo ex-presidente Lula, em um diálogo que teve com a presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann.

“Me sinto honrado pelo convite feito pelo ex-presidente Lula e formalizado pela presidente do partido, Gleisi Hoffmann, para me filiar ao Partido dos Trabalhadores. Temos uma relação histórica, sempre defendemos as mesmas bandeiras, inclusive quando o PT me apoiou na eleição de Prefeito de São Luís”, destacou o parlamentar ao aceitar o convite.

Rubens Jr.

Rubens Pereira Júnior, 38 anos, é advogado, graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP).

Iniciou a carreira como Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão, após prestar concurso público. Foi deputado Estadual no Maranhão por dois mandatos, nos períodos de 2006 a 2014. Em 2014, foi eleito deputado federal, e em 2018 foi reeleito para mais um mandato na Câmara Federal.

Em 2019 se licenciou do parlamento para exercer o cargo de Secretário das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão (Secid). Em 2020, se lançou como candidato à prefeitura de São Luís pelo PCdoB, com apoio do PT.

Rubens tomou posse, no dia 11 de janeiro de 2021, como Secretário de Articulação Política do Maranhão, onde permaneceu até o final de julho do mesmo ano, retomando o mandato de deputado federal.

CNJ faz audiência de conciliação entre TJ e TCE para destravar construção do Fórum de Imperatriz

P3c1



CNJ realiza audiência de conciliação entre TJMA e TCE para destravar construção do Fórum de Imperatriz

O acordo está inserido entre as primeiras audiências de conciliação de 2022 promovidas pelo Núcleo de Mediação e Conciliação do CNJ

Com as portas abertas para o diálogo na solução de conflitos, o Núcleo de Mediação e Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (Numecc/CNJ) tem se firmado como importante canal de solução de controvérsias administrativas pela via consensual, uma atuação que ajuda a conter a judicialização e a burocracia.

Dois acordos em processos administrativos envolvendo tribunais de diferentes segmentos da Justiça e servidores firmados no Numecc/CNJ exemplificam o potencial do núcleo em mediar conflitos em avaliações favoráveis das partes sobre maior facilidade para o diálogo, negociação de divergências e busca pela solução

consensual dos casos.

Um dos acordos, entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Tribunal de Contas do Estado, vai ajudar a destravar a construção do Fórum de Imperatriz, a segunda maior comarca do Maranhão, com uma população estimada em 260 mil pessoas. O empreendimento está com as obras paralisadas há alguns anos por ordem do Tribunal de Contas em decorrência de ações de fiscalização.

A audiência de conciliação sobre esse caso foi conduzida no Núcleo pela juíza auxiliar da Presidência do CNJ Trícia Navarro, com participação de membros das duas cortes para análise e negociação das par-

tes em busca da solução de pendências que impedem a retomada da obra.

Ao fim da audiência e após o acordo entre os dois tribunais, o conselheiro do Tribunal de Contas Melquizedeque Nava Neto concluiu que o problema foi provocado por um ruído de comunicação que precisava ser solucionado para que as obras do fórum pudessem ser retomadas. Satisfeito com o resultado do acordo, ele disse que o acordo confere maior segurança para a conclusão do investimento público.

“O empreendimento está parado sem gerar benefícios para a sociedade e hoje entendemos que houve um ruído e nos propusemos a dirimir

isso. O acordo que firmamos materializa segurança jurídica para que os gestores possam finalizar a obra e que ela produza os efeitos sociais para os quais foi concebida.” A partir do acordo, o Tribunal de Contas do Maranhão libera o TJMA a retomar a construção do fórum sem que haja impedimentos legais.

O juiz auxiliar da Presidência do TJMA Ângelo Santos, também valorizou o aspecto da segurança jurídica. Segundo ele, o acordo feito sob o guarda-chuva do Numec/CNJ tem peso institucional que resguarda os gestores do órgão. “É uma obra de extremo interesse público que vai gerar melhor atendimento para os jurisdicionados e os demais atores do Sistema de Justiça. E agora, com esse acordo, os atuais e os futuros gestores do TJMA passam a ter melhor direcionamento e segurança legal para destravar a obra”, explica.

NEUTRALIDADE

Em outro acordo selado pelo Numec/CNJ, as partes citaram como pontos favoráveis a realização das audiências em ambiente neutro favorável ao diálogo e sob o peso institucional do órgão de cúpula do Poder Judiciário.

Por meio de audiência de conciliação conduzida também pela juíza Trícia Navarro o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) e representantes dos servidores comissionados da corte acertaram criar um grupo de trabalho para analisar os

desafios e oportunidades da implementação da Resolução CNJ n. 219/2016. O ato normativo trata da distribuição de servidores, de cargos comissionados e de funções de confiança nos órgãos do Judiciário de primeiro e segundo graus.

Os servidores ingressaram no CNJ com um pedido de providências solicitando a implementação da Resolução. No início deste ano, o pedido de providência foi designado para audiência de conciliação no Numec/CNJ. “Essa via aberta pelo Conselho é importantíssima porque permite o diálogo e o equacionamento dos desafios que a administração dos tribunais têm que solucionar”, disse a juíza auxiliar da Presidência do TJGO Jussara Cristina Oliveira Louza, que representou o tribunal na audiência de conciliação.

Representante dos servidores e uma das autoras do pedido de providências, Juliana Pereira de Souza citou como positiva a rapidez com que a audiência foi marcada e a condução da reunião. “Como foi designada mediação por pessoa capacitada, que é a juíza Trícia Navarro, acredito que fez toda a diferença porque ela nos ouviu primeiramente e facilitou esse diálogo, dando abertura para que ambas as partes falassem sobre as dificuldades e anseios e isso facilitou”, disse.

SEM TENSÃO

A juíza auxiliar Trícia Navarro lembrou que o fato de

as audiências do núcleo acontecerem em ambiente neutro ajuda a distensionar, abrindo espaço para que as partes se reposicionem apresentando argumentos voltados à uma solução de consenso para a divergência. “O Numec/CNJ tem sido extremamente importante e cada vez mais fundamental na construção de diálogos entre as partes para questões que dificilmente seriam resolvidas em julgamentos, sejam no âmbito do Conselho seja por processos judiciais”, comenta.

Para a magistrada, o Núcleo inova ao criar um espaço neutro no âmbito administrativo para conciliação e mediação em uma experiência bem-sucedida que pode servir de modelo para outros órgãos públicos. “Percebo que em muitos casos as partes chegam com ânimos acirrados e após as audiências voltam a seus estados com diálogo melhor e maior abertura para a solução das divergências.”

SOBRE O NUMEC/CNJ

O Numec/CNJ foi criado pela Resolução CNJ n. 406/2017 com a atribuição de facilitar o consenso em processos que tratam de conflitos internos envolvendo servidores ou setores administrativos, processos administrativos em tramitação no CNJ de qualquer natureza. Em todos os casos solucionados pelo núcleo, os acordos são homologados pelo plenário do CNJ. *(Luciana Otoni - Agência CNJ)*



Audiência de conciliação do Núcleo de Mediação e Conciliação do CNJ (Numecc). Acordo firmado por representantes do TJMA e do TC-MA para destravar obra do fórum da comarca de Imperatriz

Evento discutirá futuro do Judiciário frente aos novos fenômenos sociais

O Tribunal de Justiça do Maranhão, em parceria com a Associação dos Magistrados (AMMA) e Escola Superior da Magistratura (ESMAM) realiza, nos dias 6 e 7 de abril, no Hotel Blue Tree (Calhau), o II Congresso Estadual da Magistratura Maranhense, com a temática Estado de Direito no Século XXI e a Governança no Poder Judiciário. O evento é destinado a magistrados, magistradas, profissionais das diversas carreiras jurídicas e estudantes.

As inscrições podem ser feitas até 28 de março, no sistema acadêmico Tutor, ou através de lista prévia enviada pelos órgãos parceiros (público externo).

De acordo com o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, o objetivo é discutir os grandes temas do direito na contemporaneidade, que envolvem mais diretamente a magistratura, ante as transformações e novas exigências da sociedade, repercutindo na atualização e aperfeiçoamento dos juízes.

O diretor da ESMAM, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, ressalta que o congresso será um espaço para refletir sobre o papel do Judiciário como garantidor da estabilidade do Estado Democrático de direito, e que a escola judicial estará

sempre aberta para apoiar ações que promovam a atualização constante da magistratura.

“Nosso propósito é construir um Poder Judiciário mais eficiente e alinhado com as grandes questões contemporâneas, como a Agenda 2030 da ONU, um dos temas que será amplamente discutido”, salienta o presidente da AMMA, juiz Holídice Barros.

Para o magistrado, é necessário que se examine o surgimento de novas legislações e fenômenos sociais que trazem instabilidade ao exercício da magistratura e requerem um maior conhecimento e adaptação, como é o caso do uso da inteligência artificial e da automação na análise dos processos, influência da mídia e fake news na prestação jurisdicional, bem como a utilização de redes sociais por integrantes do Poder Judiciário, além da Agenda 2030 da ONU.

VEJA A PROGRAMAÇÃO E OS PALESTRANTES

Com palestras, painéis e workshops, a programação contará com a participação de juristas e pesquisadores do Direito, entre palestrantes e debatedores, que destacarão o papel do(a) magistrado(a) contemporâneo(a), bem como o compartilhamento de infor-

mações que possam contribuir com a governança do Poder Judiciário. Confira:

Dia 06/04/2022 – 19h às 21h

TEMA I – O PODER JUDICIÁRIO E A AGENDA 2030 - Conferência de Abertura

Palestrante: Flávio Dino (Governador do Estado do Maranhão) Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa (Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão) e Arcebispo de São Luís, Gilberto Pastana.

Dia 07/04/2022

TEMA II – NOVOS FENÔMENOS SOCIAIS E O FUTURO DO PODER JUDICIÁRIO

Manhã – 8h30 às 12h

Painel 1 - Mídia, redes sociais e opinião pública e sua influência sobre o Poder Judiciário

Jornalista Mariana Xavier (TV Justiça), professor doutor Georges Abboud (IDP) e Juiz Paulo Brasil Menezes (TJMA), Juíza Marcela Lobo (TJMA)

Painel 2 - Inteligência Artificial: Limites e Implicações
Professor doutor Fabiano Hartmann (UNB) e Juiz Ferdinando Serejo (TJMA)

Tarde – 14h30 às 17h30

Painel 3 – Política de Inovação da Gestão do Poder

Judiciário

Juíza Federal Vanila Cardoso (TRF1) e Alexandre Freire (STF) (secretário de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do Supremo Tribunal Federal)
Painel 4 – Dimensões da governança judicial e sua aplicação ao sistema judicial brasileiro

Reginaldo Coutinho (TCU)

18h - Palestra de Encerramento – Crise de Legitimidade Democrática e o Poder Judiciário

Desembargador Ney Bello (TRF1) e Agostinho Ramalho Marques Neto (professor, filósofo e psicanalista)

(Núcleo de Comunicação da ESMAM)

Divulgação: Carlos E. Sales

6 e 7 de abril

**II Congresso da
MAGISTRATURA
MARANHENSE**

Estado de Direito no Século XXI e
a governança no Poder Judiciário

Realização

TJMA

MMP

Apoio

ESMAM

DPE retoma atendimento na comunidade levando direitos à população da Grande Ilha

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) voltou a atender na comunidade com o suporte da unidade móvel da substituição. O retorno aconteceu neste fim de semana, em dois pontos diferentes: Vila Flamengo, em São José de Ribamar, e na Vila Embratel, na área Itaqui-Bacanga. Nas duas ações sociais, a instituição atuou em parceria com a Prefeitura de São José de Ribamar e com o Tribunal de Justiça do Maranhão, respectivamente. Foram dezenas de atendimentos em uma manhã de muitos direitos garantidos e vidas transformadas.

“Por causa da pandemia e da consequente necessidade de mantermos o distanciamento social, foi necessário paralisar as atividades do nosso ônibus na comunidade. Agora, com a queda no número de internações e mortes pela Covid-19, já nos sentimos mais seguros para retornar, mas

ainda mantendo os cuidados quanto ao uso de máscaras e higienização das mãos com o álcool em gel”, afirmou o defensor-geral Alberto Bastos.

Na ação social realizada sábado último, na Vila Flamengo, em Ribamar, a Defensoria uniu forças com a Prefeitura Municipal na 1ª Caravana da Juventude Ribamarense. O trabalho realizado por defensores públicos e equipe contou com o suporte do ônibus-escritório, unidade móvel que leva ações do projeto Defensoria na Comunidade a conglomerados habitacionais da capital e interior do estado desde junho de 2018.

Coordenador do Núcleo da Defensoria, em São José de Ribamar, Éviton Rocha, representou a instituição durante a abertura do evento, no Viva Vila. “É uma satisfação participar desse evento voltado à juventude, onde tivemos a oportunidade

de apresentar os nossos serviços e conversar sobre o nosso papel na promoção dos direitos humanos”, ressaltou. Na ação também estiveram presentes as defensoras públicas Enis Viegas e Manuela Correia, e os assessores e estagiários Ingrid Emilly, Nazylle Matos, Alef Sampaio, Ana Karoline, Laise Carolynne e Felipe Santos. Da sede da DPE em São Luís, participaram a assistente social Guadalupe Barros e os estagiários Ana Paula Diniz e Mário Santos.

Na Vila Embratel, no Itaqui-Bacanga, outra região igualmente populosa, a DPE/MA esteve com a nossa Van dos Direitos para participar de uma manhã de cidadania, proposta pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, como parte das atividades de encerramento do Projeto “Não Morra, Maria da Penha”. A unidade móvel ficou parada no pátio do Iema, onde os

assistidos foram atendidos pelos assessores e estagiários Álvaro Rodrigues, Yasmin Pereira, Marcia Mendes, Daniel Aires, Ingrid Sá, Noemi Alhadeff, Mariana Padilha e Marina Mesquita.

A dona de casa Ana Lúcia Garcia foi uma das assistidas atendidas na Vila Flamengo. Ela buscou a regularização dos registros civis das netas de nove e 12 anos, que foram extraviados. “Eu moro na Vila Jota Lima e foi muito bom contar com esses serviços bem perto da minha casa. Estou muito satisfeita com o atendimento da Defensoria”, contou.

Já na Vila Embratel, o autônomo Raimundo Pereira manifestou o desejo de reconhecer um adolescente como seu filho, com a ajuda da Defensoria. “Nós já nos tratamos como pai e filho há alguns anos e só está faltando agora formalizar. E o melhor, sem custos”, disse.



Giro Econômico

Aquiles Emir

aquilesemir@uol.com.br | www.aquilesemir.com.br

Academia

O novo presidente da Academia Maranhense de Letras, Lourival Serejo, encarará os aplicativos de comunicação pelas redes como um dos maiores desafios para escritores, poetas, historiadores etc, pois é cada vez maior o número de pessoas que busca informações por essas plataformas, sem receber, em muitos casos, informação de qualidade e confiável. Ele enxerga, por outro lado, os benefícios, e o principal deles seria a oportunidade de divulgar suas obras nacional e internacionalmente.